



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DITEC  
GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TI – GEINF

## PARECER TÉCNICO Nº 03

Ao Sr. Pregoeiro,

Em atenção à solicitação do Pregoeiro, referente à análise e emissão de parecer em razão do recurso interposto pela empresa PROGDER CONSULTORIA LTDA, contra a decisão de sua desclassificação referente ao Pregão Eletrônico nº 90017/2024, as seguintes considerações são apresentadas, fundamentadas nos termos do edital e na legislação pertinente:

### 1. Descumprimento de Itens do Edital

Conforme parecer técnico anteriormente emitido, restou demonstrado que a empresa PROGDER CONSULTORIA LTDA não atendeu aos requisitos estabelecidos no edital, em especial os seguintes dispositivos:

*“8.2.11.1. A Proponente deverá apresentar manuais, documentos ou datasheets oficiais do fabricante em língua portuguesa ou inglesa com a especificação dos materiais a serem fornecidos, indicando marca e modelo. **Para cada item desta especificação deverá ser referenciado a página e o trecho do texto que comprova o seu atendimento (planilha ponto a ponto);***

*8.2.11.2. Não serão aceitas propostas cuja descrição do objeto ofertado contenha simplesmente a expressão genérica 'CONFORME EDITAL', 'DE ACORDO COM O EDITAL' ou expressões genéricas similares que não especifiquem com exatidão o objeto ofertado, suas características e aderência ao edital.”*

No parecer anterior, verificou-se que a empresa Progder não enviou qualquer planilha ou documento com referência à página e trecho dos manuais que comprovassem o atendimento aos requisitos técnicos especificados no Anexo I – Especificações Técnicas do edital, configurando o descumprimento dos itens supramencionados. Não obstante, a equipe técnica procedeu à análise da conformidade dos catálogos enviados pela empresa, identificando inconformidades. Destaca-se que, apenas na fase de recurso, a recorrente

apresentou trechos dos manuais que alegadamente atenderiam aos requisitos inicialmente não conformes.

## 2. Análise das Alegadas Conformidades Apresentadas em Recurso

Na fase de recurso, a empresa Prodger conseguiu comprovar o atendimento aos itens 2.2, 2.4, 2.5, 3.3, 5.9, 5.11 e 6.7 com base nos documentos apresentados originalmente na fase de julgamento das propostas. Além disso, a conformidade com os itens 3.10, 5.12, 6.5, 6.6 e 6.13 foi comprovada por meio da documentação complementar apresentada durante o recurso, sanando as pendências anteriormente identificadas.

A seguir, apresenta-se a análise dos demais itens, considerando os argumentos apresentados no recurso e nas contrarrazões.

### 2.1. Performance Alien Crosstalk do Patch Cord

O edital exige que o Patch Cord Categoria 6A LSZH atenda ao seguinte requisito: "5.4. A performance do **Alien Crosstalk** deve ser garantida para as instalações com **4 conexões** em canais de até 100 metros de comprimento."

A empresa Prodger apresentou, em seu recurso, dois certificados de testes realizados pelo laboratório 3P Third Party Testing. Contudo, esses documentos apresentam as seguintes inconformidades:

1. Embora comprovem conformidade com diversas normas de desempenho elétrico, **não garantem explicitamente o cumprimento do teste de performance do Alien Crosstalk**, conforme requerido no edital.
2. Um dos certificados menciona testes realizados para configurações de **três conexões**, enquanto o edital exige configuração de **quatro conexões**.
3. Os certificados apresentados **não identificam os part numbers dos produtos** ofertados na proposta, mas sim de outros produtos, inviabilizando a comprovação de conformidade.

Diante disso, conclui-se que os requisitos do edital para este item não foram comprovados.

### 2.2. Tipo de Patch Cord U/FTP

A empresa Prodger apresentou, em seu recurso, com o intuito de atender ao item: "5.8. O cabo utilizado na construção destes patch cords deve ser de cobre, em par trançado **U/UTP ou F/UTP**, flexível (multifilar) ou rígido (unifilar) da categoria 6A de 24 AWG a 26 AWG", um cabo do tipo **U/FTP**, que difere das especificações técnicas previstas no edital.

A empresa argumentou que "os cabos do tipo U/FTP são 100% compatíveis com as soluções U/UTP e F/UTP. O cabo blindado par-a-par, modelo proposto U/FTP, apresenta desempenho elétrico superior em relação à diafonia (parâmetros NEXT, FEXT, Alien Crosstalk, ELFEXT, PowerSum NEXT), superando os cabos do

tipo *U/UTP* e *F/UTP*". Dessa forma, o cabo apresentado pela empresa possuiria compatibilidade e ainda que possuiria desempenho superior aos tipos **U/UTP** e **F/UTP**, especificados no edital.

Entretanto, conforme as especificações do edital, a exigência foi expressa quanto ao tipo de cabo a ser utilizado: **U/UTP** ou **F/UTP**. O tipo **U/FTP** apresentado pela empresa não se enquadra nas opções permitidas pelo edital. Ou seja, a proposta não atende ao que foi estritamente solicitado na documentação editalícia.

Ademais, o argumento de desempenho superior apresentado pela empresa, sem comprovação objetiva e em confronto com a literalidade do edital, não altera a exigência técnica estabelecida. A conformidade deve ser avaliada conforme as especificações detalhadas no edital, que não preveem a utilização de cabos **U/FTP**.

Dessa forma, considerando a não conformidade com o exigido no edital, a desclassificação da proposta permanece devidamente fundamentada.

### **2.3. Parâmetros Mínimos de Temperatura do Cabo Óptico**

Para comprovar o atendimento ao item 6.10 do edital ("*Os parâmetros mínimos de temperatura que a fibra óptica deve suportar sem que sua operação e rendimento sejam afetados deve ser entre 0°C e +70°C*"), a empresa Prodger apresentou dois documentos que contêm informações conflitantes:

1. O documento principal (CFOT\_EO\_02-12FO\_COG\_LSZH.PDF), apresentado na fase de julgamento, indica suporte à variação de temperatura entre **-20°C e +65°C**.
2. O documento complementar (DSH\_MULTIMODE\_FIBER\_EN.PDF), apresentado na fase de recurso, indica suporte à variação de temperatura entre **-60°C e +85°C**.

Documentos complementares não podem conter informações contraditórias em relação ao documento principal, pois tal prática configura a introdução de novos elementos após a fase de julgamento, conduta esta que viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. As contradições apresentadas inviabilizam a comprovação do atendimento ao requisito, prevalecendo o conteúdo do documento principal e, consequentemente, caracterizando a inconformidade com o edital.

### **2.4. Atenuação Máxima Permitida do Cabo Óptico**

Para comprovar o atendimento ao item 6.12 do edital ("*A atenuação máxima permitida será de 3 dB/km a 850 nm e 1 dB/km a 1300 nm*"), a empresa Prodger apresentou dois documentos que contêm informações conflitantes:

1. O documento principal (CFOT\_EO\_02-12FO\_COG\_LSZH.PDF) apresentado na fase de julgamento indica atenuações de **3,5 dB/km a 850 nm e 1,5 dB/km a 1300 nm**, superiores ao limite permitido.

2. O documento complementar (DSH\_MULTIMODE\_FIBER\_EN.PDF) apresentado na fase de recurso indica valores dentro dos limites exigidos.

Documentos complementares não podem conter informações contraditórias em relação ao documento principal, pois tal prática configura a introdução de novos elementos após a fase de julgamento, conduta esta que viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. As contradições apresentadas inviabilizam a comprovação do atendimento ao requisito, prevalecendo o conteúdo do documento principal e, consequentemente, caracterizando a inconformidade com o edital.

## **2.5. Normas IEC 603323, IEC 60754 2, IEC 61034 2, IEEE 383, UL 1666 e UL 1685 do Cabo Óptico**

Para comprovar o atendimento ao item 6.14 do edital (*“Os cabos devem atender, para teste de flamabilidade, as normas IEC 603323, IEC 60754 2, IEC 61034 2, IEEE 383, UL 1666 e UL 1685”*), a empresa Prodger argumentou no recurso que o requisito mínimo de flamabilidade para cabos ópticos de uso interno ou interno/externo do tipo LSZH é a norma IEC 60332-3, conforme estabelecido pela Anatel por meio da norma NBR 14705. No entanto, **as outras cinco normas de qualidade exigidas na especificação técnica não foram comprovadas.**

Além disso, o certificado da Anatel, apresentado apenas no recurso, não especifica o *part number* do cabo óptico constante na proposta. Observa-se ainda que o cabo óptico certificado é do tipo COG, divergindo do tipo LSZH exigido no edital. Portanto, além da ausência da comprovação da identificação do cabo no certificado, já que apenas é mencionado o nome comercial e o modelo, verifica-se que o cabo certificado não atende às exigências do edital por ser do tipo COG.

Dessa forma, conclui-se que não houve comprovação do atendimento a todas as normas exigidas do item mencionado do edital.

## **2.6. Normas e Testes do Cabo Óptico**

Para comprovar o atendimento aos itens *“6.15. O cabo deve atender às normas ANSI/ICEA S-104-696-2001, EN 187105, Telcordia GR-20 CORE Issue 3 (penetração de água) e Telcordia GR-409 CORE Issue 2”* e *“6.16. Teste de penetração de água segundo FOTP-82, IEC 60794-1-2, Seção 24 – para ciclo de 24 h”*, a empresa Prodger argumentou que os cabos foram testados conforme os requisitos da Anatel. Contudo, a certificação da Anatel não comprova a conformidade com as normas e testes solicitados no edital, evidenciando que o produto não atende aos requisitos de proteção e segurança especificados.

Além disso, o certificado da Anatel, apresentado apenas no recurso, não especifica o *part number* do cabo óptico constante na proposta. Observa-se ainda que o cabo óptico homologado é do tipo COG, divergindo do tipo LSZH exigido no edital. Portanto, além da ausência da comprovação da identificação do cabo no certificado, já que apenas é mencionado o nome comercial e o modelo, verifica-se que o cabo homologado não atende às exigências do edital por ser do tipo COG.

Dessa forma, conclui-se que não houve comprovação do atendimento a todas as normas e testes exigidos nos itens supracitados do edital.

## **2.7. Máxima Força de Tensão do Cabo Óptico**

Para comprovar o atendimento ao item 6.19 do edital (“*A máxima força de tensão para a instalação do cabo de fibra deve suportar até 1200 N*”), a empresa Prodger argumentou que os cabos foram testados conforme requisitos da Anatel. Entretanto, a certificação da Anatel não comprova conformidade com o requisito de tensão especificado, nem menciona os valores de máxima força suportada pelos cabos, evidenciando que o produto não atende à especificação exigida no edital.

Além disso, o certificado da Anatel, apresentado apenas no recurso, não especifica o *part number* do cabo óptico constante na proposta. Observa-se ainda que o cabo óptico homologado é do tipo COG, divergindo do tipo LSZH exigido no edital. Portanto, além da ausência da comprovação da identificação do cabo no certificado, já que apenas é mencionado o nome comercial e o modelo, verifica-se que o cabo homologado não atende às exigências do edital por ser do tipo COG.

Dessa forma, conclui-se que não houve comprovação do atendimento à especificação do item supracitado do edital.

## **3. Análise do Item 10. Eletrocalhas, Eletrodutos e Canaletas**

O item relacionado às eletrocalhas, canaletas e eletrodutos não foi analisado, tanto na fase de julgamento quanto na etapa recursal, pois outros itens já justificavam a desclassificação da empresa Prodger. Dessa forma, a avaliação desse item tornou-se desnecessária, uma vez que a decisão de desclassificação foi fundamentada no não atendimento aos requisitos do edital e às especificações técnicas estabelecidas supracitadas.

## **4. Justificativa para a Dispensa de Diligência na Fase de Julgamento da Proposta**

A diligência no processo licitatório foi dispensada, uma vez que, conforme o parecer técnico elaborado na fase de julgamento, alguns itens já evidenciavam de forma clara o não atendimento aos requisitos estabelecidos no edital. Embora houvesse outros pontos suscetíveis de dúvida, estes não foram questionados, pois já existiam elementos suficientes que demonstravam o descumprimento de exigências essenciais. Nesse contexto, realizar diligência para esclarecer tais pontos não se mostraria pertinente, dado que havia itens claramente em desacordo com o edital. Assim, a decisão de desclassificação foi tomada de forma objetiva, com fundamento nos elementos já constantes dos autos, sem necessidade de esclarecimentos complementares.

## **5. Conclusão**

Em face da análise das alegações apresentadas pela empresa PROGDER CONSULTORIA LTDA, das contrarrazões da empresa RC TECHNOLOGY AND INTEGRATION LTDA, e do já exposto no presente parecer, ratifica-se o parecer técnico que recomenda a desclassificação da empresa reclamante, bem como a rejeição do recurso interposto pela referida empresa, por manifesta improcedência.

Dessa forma, opina-se ao Pregoeiro o **desprovemento do recurso administrativo apresentado pela PROGDER CONSULTORIA LTDA**, com a consequente manutenção da decisão de desclassificação anteriormente proferida.

Atenciosamente,

Daniel Ayres de Melo

Gerência de Infraestrutura de TI

Jose Oliveira de Almeida Filho

Coordenação de Redes de Computadores